

TC 036.901/2011-3

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Ministério do Meio Ambiente e Município de Nova Olinda do Maranhão

Responsável: Hemetério Webá Filho (CPF 029.390.883-49)

Advogado/Procurador: Enéas Garcia Fernandes Neto, OAB/MA 6.756 e Sebastião da Costa Sampaio Neto, OAB/MA 3.792 (peça 11)

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: mérito

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente, em desfavor do Sr. Hemetério Webá Filho, ex-prefeito do Município de Nova Olinda do Maranhão, em razão da não aprovação da prestação de contas do convênio MMA 2001CV00043-SQA (peça 2, p. 148-164), objetivando a implantação de aterro sanitário naquela municipalidade, conforme Plano de Trabalho à peça 2, p. 166-170.

HISTÓRICO

2. O Convênio MMA 2001CV00043- SQA (peça 2, p. 148-164), firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Maranhão/MA, objetivando à Implantação de Aterro Sanitário, teve a vigência inicial prorrogada por dois termos aditivos (peça 2, p. 210-212 e 274-276), compreendendo o período de 12/12/2001 a 30/5/2003, incluído o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação das contas (peça 4, p. 140).

3. Os recursos financeiros destinados à cobertura dos gastos necessários ao cumprimento do objeto do Convênio foram na ordem R\$ 150.000,00, sendo R\$ 15.000,00 a título de contrapartida do conveniente e R\$ 135.000,00 a cargo do órgão concedente, repassados através da ordem bancária 2001OB00045 de 17/01/2002 (peça 2, p. 174) e constam na Relação de Ordem Bancária Externa, peça 2, p. 176.

4. Devido a uma série de atos ocorridos durante a fase administrativa de regularização do convênio, refletidos em diversos pareceres e relatórios de vistoria, além de ofícios trocados entre as partes, optou-se por retratar o histórico desta TCE mediante apresentação da tabela abaixo, onde é possível verificar a sequência de atos que culminou com a citação do ex-prefeito.

5. Em síntese, podemos destacar como principais atos do processo:

Data	Documento	Localização	Histórico
30/5/2003	Termo de Convênio e aditivos	Peça 2, p. 148-164 / 210-212 e 274-276	Último dia para prestar contas. O Município não o fez tempestivamente
10/6/2003	Ofício 512/2003	Peça 2, p. 292	O MMA solicita providências para prestação de contas. Reiterado em 23/7/2003 (peça 2, p. 294)
12/6/2003	Ofício 24/2003	Peça 2, p. 298	Município encaminha a prestação de contas (peça 2, p. 402 e peça 3, p. 4-38)

18/10/2004	Parecer Técnico 153/2004	Peça 3, p. 44-52	Parecer que analisa os documentos encaminhados. O MMA observa que a Prefeitura encaminhara apenas parte da documentação, não comprovando a execução física e o cumprimento integral do objeto. Também relata outras irregularidades, tais como pagamentos representados por cópias de notas fiscais e sem os respectivos atestados de recebimento do objeto; não comprovação da erradicação do lixo e a retirada das crianças do trabalho com o lixo, ausência de filiação ao Fórum Lixo e Cidadania, ausência do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município, dentre outros
26/10/2004, 3/12/2004 e 25/5/2005	Ofícios – MMA para o Município	Peça 3, p. 54-56; 76 e 78	O MMA encaminha ao município diversos ofícios, informando da ausência de uma série de documentos. Solicita o encaminhamento da documentação complementar.
22/12/2004, 2/2/2005, 27/4/2005 e 23/6/2005	Ofícios – Município para o MMA	Peça 3, p. 86; 200-208; 296	O Município encaminha diversos documentos complementares, incluindo Relatório Fotográfico (peça 3, p. 310-330), analisada por meio do Parecer Técnico 35/2006
20/3/2006	Parecer Técnico 35/2006	Peça 3, p. 330-342	O Parecer Técnico emitido pelo MMA analisa a documentação e conclui: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O município não atendeu tecnicamente a todas as solicitações exigidas; ✓ Os objetivos do convênio não foram alcançados; ✓ Não encaminhamento da Licença de Operação concedida pelo órgão ambiental estadual; ✓ Não encaminhamento de documento atestando a erradicação do lixo e a retirada das crianças do trabalho com o lixo; Por fim, o Parecer solicita a realização de vistoria in loco (realizada em 9/8/2006)
9/8/2006	Visita ao local das obras		
22/8/2006	Parecer Técnico 131/2006	Peça 3, p. 394-402 e peça 4, p. 4-14	O Parecer Técnico 131/2006, resultado da vistoria ao local, conclui: <ul style="list-style-type: none"> ✓ objeto foi parcialmente executado; ✓ O aterro sanitário ainda não havia entrado em operação; ✓ A coleta de resíduos sólidos estão dispostos a céu aberto em um terreno ao lado da área do aterro sanitário; Ao final encaminhou o Ofício 492, peça 4, p. 16-18 ao então gestor, solicitando diversas providências.
29/11/2006	Ofício	Peça 4, p. 24	O Sr. Hemetério Weba encaminha justificativas, acompanhado de Relatório Fotográfico (peça 4, p. 26), dando como cumprida as tarefas solicitadas. Tais justificativas foram analisadas pelo Parecer Técnico 33/2007.
26/2/2007	Parecer Técnico 33/2007	Peça 4, p. 30-34	O Parecer Técnico 33/2007 conclui: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pela não aprovação da prestação de contas em razão do não cumprimento das metas previstas; ✓ Não atingimento do objeto pactuado.
19/11/2007	Ofício	Peça 4, p. 106	O MMA solicita à Superintendência do Ibama no Maranhão que realize inspeção in loco da obra, para “verificação do estado das obras e se a operação do empreendimento está de acordo com as boas práticas de engenharia”

20/12/2007	2ª Visita ao local das obras		
28/12/2007	Relatório de Vistoria	Peça 4, p. 116-118	<p>Conclusões da vistoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Não foi disponibilizado o projeto executivo da obra durante a vistoria; ✓ A infra-estrutura não permite o funcionamento da área como aterro sanitário; ✓ O local é inadequado para a instalação de um aterro sanitário devido ser próximo das residências da Vila Iraci e do próprio centro da cidade; ✓ A barreira natural de árvores de eucalipto não é efetiva no isolamento da área devido à pequena quantidade plantada; ✓ O lixo acumulado no entorno, sem nenhuma medida de tratamento, representa risco ao meio ambiente e à população lindeira, pela possibilidade de contaminação do lençol freático e disseminação de doenças.
24/6/2008	Parecer Técnico 58/2008 /MMA	Peça 4, p. 130-136	O Parecer Técnico do MMA analisa o Relatório de Vistoria do IBAMA, e conclui pela não aprovação da prestação de contas final, considerando que “os serviços estavam inacabados e que os objetivos do convênio não foram atingidos”, além do fato de o aterro sanitário não estava em operação, apesar de a Licença ter sido expedida desde 11/7/2006.
7/7/2008	Parecer Financeiro 60/2008	Peça 4, p. 148-154)	O Parecer Financeiro se manifesta no mesmo sentido do Parecer 58/2008, pela não aprovação das contas. Conclui pela instauração da TCE.
22/9/2008	Relatório de Tomada de Contas Especial	Peça 4, p. 160-182)	Emissão do Relatório de Tomada de Contas Especial.
26/5/2011	Relatório do Controle Interno	Peça 4, p. 204-207	Relatório do órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal
7/6/2011	Certificado de Auditoria	Peça 4, p. 209	Certificado de Auditoria
8/6/2011	Parecer do dirigente do Controle Interno	Peça 4, p. 210	Parecer do dirigente do Controle Interno
27/7/2011	Pronunciamento Ministerial	Peça 4, p. 212	Pronunciamento da Ministra de Meio Ambiente

6. Assim, houve o encaminhamento da TCE a esta Corte de Contas, para prosseguimento.

7. Em cumprimento à autorização prevista na Portaria-GAB-AN 1, de 15 de outubro de 2010, do então Ministro-Relator deste processo, foi promovida a citação do Sr. Hemetério Weba Filho, mediante o Ofício TCU 2368/2012 (peça 9), datado de 6/9/2012.

8. O Sr. Hemetério Weba tomou ciência do ofício que lhe foi remetido, conforme documento constante da peça 13, tendo apresentado tempestivamente suas alegações de defesa, conforme documentação integrante das peças 14 a 17.

9. O responsável foi citado em decorrência das seguintes irregularidades:

a) o aterro sanitário conveniado não foi concluído, nos termos avençados, não tendo entrado em funcionamento, não tendo a utilidade a que se propunha, não servindo à população daquele município;

b) o Município não atendeu tecnicamente a todas as solicitações exigidas, quais sejam: não foi comprovada a erradicação do lixo e a retirada das do trabalho com o lixo, mediante atestado do órgão ambiental ou do Ministério Público ou de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público e afastamento das crianças do lixo; ausência de comprovação de filiação ao Programa do Fórum Lixo e Cidadania; não apresentação do plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município, incluindo o programa social;

c) os objetivos do convênio não foram alcançados;

d) liquidação irregular da despesa, em face da ausência dos boletins de medição e de atestos nas notas fiscais, o que contraria o art. 62 da Lei nº 4.320/64;

e) ausência de projeto executivo, tornando impossível verificar se as estruturas encontradas no local são as que deixaram de ser executadas: a infraestrutura não permite o funcionamento da área como aterro sanitário.

f) local inadequado para a instalação de um aterro sanitário devido ser próximo das residências da Vila Iraci e do próprio centro da cidade; a barreira natural de árvores de eucalipto não é efetiva no isolamento da área devido a pequena quantidade plantadas;

g) lixo acumulado no entorno, sem nenhuma medida de tratamento representa risco ao meio ambiente e população lindeira, pela possibilidade de contaminação do lençol freático e disseminação de doenças.

EXAME TÉCNICO

10. O município de Nova Olinda do Maranhão, sob o comando do então prefeito Hemetério Weba Filho, teve o intento de implantar um aterro sanitário destinado a “recolher em um só local, de maneira tecnicamente perfeita e ecologicamente correta” (justificativa constante do Plano de Trabalho, peça 2, p. 166), os resíduos recolhidos e jogados a céu aberto.

11. O Governo Federal, então, repassou recursos da ordem de R\$ 135.000,00, para o atingimento dos objetivos pactuados.

12. Entretanto, como se verá adiante, o ex-prefeito não logrou êxito em bem prestar suas contas, fato evidenciado pela ocorrência de diversas falhas na execução do objeto, bem como ausência de uma série de documentos. São exemplos:

a) ausência de boletins de medição dos serviços executados (Parecer Técnico 153/2004, resultado da primeira análise das contas);

b) pagamentos representados por cópias de notas fiscais e recibos não autenticados e sem os respectivos atestados de reconhecimentos (Parecer Técnico 153/2004, resultado da primeira análise das contas), caracterizando liquidação irregular de despesa;

c) ausência de encaminhamento da Licença Ambiental de Operação (Parecer Técnico 153/2004, resultado da primeira análise das contas);

d) registros fotográficos que não demonstram o cumprimento integral do objeto e se o aterro está operando adequadamente (Parecer Técnico 153/2004, resultado da primeira análise das contas);

e) não comprovação da erradicação do lixo e a retirada do trabalho com o lixo; dentre outros.

13. No caso em tela, observa-se que foram realizadas duas visitas ao local, uma em 9/8/2006, que gerou o Parecer Técnico 131/2006 (peça 3, p. 394-402 e peça 4, p. 4-14), que considerou o objeto parcialmente executado e outra em 20/12/2008, peça 4, p. 116-118, que informa:

a) o local é inadequado para a instalação de um aterro sanitário devido ser próximo das residências da Vila Iraci e do próprio centro da cidade; a barreira natural de árvores de eucalipto não é efetiva no isolamento da área devido à pequena quantidade plantada;

b) não foi disponibilizado o projeto executivo da obra durante a vistoria, tornando impossível verificar se as estruturas encontradas no local são as que deixaram de ser executadas;

c) a infraestrutura não permite o funcionamento da área como aterro sanitário

d) o lixo acumulado no entorno, sem nenhuma medida de tratamento representa risco ao meio ambiente e população lindeira, pela possibilidade de contaminação do lençol freático e disseminação de doenças.

14. No âmbito das diversas avaliações técnicas e financeiras da prestação de contas (que foi encaminhada ao concedente de forma intempestiva), resultamos na análise do Parecer Técnico 58/2008/MMA (peça 4, p. 130-136) e no Parecer Financeiro 60/2008, peça 4, p. 148-154, que concluem pela não aprovação das contas.

15. Com base nos elementos acima, passa-se à análise da defesa apresentada (peças 14 a 16).

Aterro sanitário não concluído nos termos avençados, sem funcionamento, não servindo à população daquele município / Objetivos do convênio não alcançados

Argumentos de defesa:

16. O responsável afirma que o aterro sanitário “foi devidamente concluído”, nos termos do plano de trabalho, notadamente “porque se encontra em pleno funcionamento, conforme comprova Relatório Fotográfico contido em mídia (CD)”, “bem como serve para a população local de Nova Olinda”.

17. Acrescenta, ainda, que ao final do mandato (31/12/2008), o referido objeto foi entregue em perfeitas condições de uso, o que, desse modo, demonstraria a boa fê do responsável, assim como afastaria qualquer omissão sua, além de que teria tomado todas as providências físicas e legais cabíveis, consoante cópias de ofícios encaminhados na sua defesa.

18. Por fim, argumenta que é equivocada a conclusão da unidade técnica do Ministério do Meio Ambiente, quando da visita técnica ao local das obras.

Análise:

19. A defesa não merece prosperar, pelas razões que se seguem.

20. O primeiro ponto a ser analisado diz respeito à última fiscalização do Ministério e a alegação de que ao final do mandato o aterro teria sido entregue em perfeitas condições.

21. O Parecer Técnico 58/2008-DAU/MMA, de 24/6/2008 (peça 4, p. 130-136), que reflete as conclusões do Ministério acerca do cumprimento do objeto, conclui que os objetivos do convênio não foram atingidos, “pois a análise dos diversos relatórios de acompanhamento e fotográficos mostram que, até o presente momento, o Aterro Sanitário [...] não está em operação, apesar da Licença Ambiental de Operação ter sido expedida em 11/7/2006”.

22. Ainda na análise dos documentos, é possível verificar as seguintes constatações: que “no que tange à gestão dos resíduos sólidos, permanece a mesma quando da celebração do convênio, não tendo melhoras na qualidade de vida da população”. Ressalta-se, ainda, o registro de que:

o município declarou, por meio do Ofício 49, de 9/10/2007, que tinha executado as readequações da obra solicitadas quando da primeira vistoria no ano de 2006. Os registros fotográficos, em anexo ao ofício, ilustram uma condição que não condiz com a situação encontrada pelos analistas do Ibama

23. Ao final do parecer, consta a não aprovação da prestação de contas final da prefeitura, de modo que, nos seus aspectos técnicos, não ficou demonstrada a comprovação do efetivo funcionamento do aterro.

24. O Parecer Financeiro 60/2008 (peça 4, p. 148-154), com base nas constatações da última vistoria in loco, conclui pelo encaminhamento do processo para instauração desta TCE.

25. Importa observar, ainda, que a última fiscalização do concedente realizou-se em dezembro de 2007 (com emissão do Parecer em 24/6/2008), mais de 4 anos após o final da vigência do convênio. E no momento desta fiscalização, há clara constatação do não atingimento dos objetivos pactuados no convênio, objeto sem utilidade alguma para a população.

26. Destaca-se, ainda, que o ex-gestor apresentou, intempestivamente, a documentação da prestação de contas, onde surge na Relação de Pagamentos à peça 2, p. 306, a informação de que a empresa Construtora Fabril Ltda foi a beneficiária dos recursos, no valor total de R\$ 154.025,94. Notamos, então, que houve o pagamento à empresa por serviços prestados, sem, no entanto, haver gestão no sentido de colocar o aterro em funcionamento.

27. O responsável alega, também, que o aterro se encontra em pleno funcionamento, conforme fotos contidas na mídia eletrônica encaminhada na defesa junto a este Tribunal.

28. Na análise das fotos constantes da mídia eletrônica, juntadas a este processo na peça 19, não é possível concluir que o aterro está em funcionamento, pois os registros fotográficos não mostram o aterro em operação, mas tão somente partes da obra executada. Ademais, boa parte das fotos encaminhadas pela mídia eletrônica, e juntadas por esta unidade técnica à peça 19, mostram a data em que as fotos foram tiradas, meados de 2003, o que não confere com a informação de que atualmente o aterro está em operação.

29. Além de tudo isso, em pesquisa realizada junto ao Portal de Convênios, peça 20, observamos que em 31/12/2010, houve assinatura de convênio com a Fundação Nacional de Saúde-Funasa (publicado no DOU de 20/1/2011, página 116, seção 3) para a execução de idêntico objeto: “Implantação de aterro sanitário” em Nova Olinda do Maranhão, no valor total de R\$ 515.463,92, surgindo como evidência de que não havia aterro em operação.

30. Assim, conclui-se pelo não acolhimento das alegações do defendente.

Não comprovação da erradicação do lixão e a retirada do trabalho das crianças com o lixo, ausência de comprovação de filiação ao Programa do Fórum Lixo e Cidadania e não apresentação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município

Argumentos de defesa:

31. O defendente anexou ao presente processo, visando suprir as irregularidades destacadas no presente tópico, cópia do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público Estadual, em 19/1/2005 (peça 15, p. 36-39), do Termo de Intenção para adesão ao Programa do Fórum Lixo, datado de 14/12/2004 (peça 15, p. 40-42) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos daquele município, de março de 2005 (peça 15, p. 43-71).

Análise:

32. Verifica-se que o município descumpriu, à época da vigência do convênio, as suas obrigações previstas na alínea “u” da Cláusula Segunda do termo de Convênio, à peça 2, p. 148-164.

33. Naquele instrumento de cooperação, estava prevista a obrigatoriedade de filiação ao Programa Lixo e Cidadania da UNICEF, a assinatura do termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público para eliminação de lixões e crianças trabalhando no lixo e elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos, “durante a vigência do convênio”, que se findou em meados de 2003.

34. No entanto, observa-se que se trata de mera irregularidade formal, já sanada mediante a apresentação dos documentos supra.

35. Quanto ao Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, o ex-prefeito apresentou o documento à peça 3, p. 222-284.

36. Assim, em relação às irregularidades aqui descritas, e considerando que, embora com atraso, houve filiação ao Programa Lixo e Cidadania da Unicef, assinatura do termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público e apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, considera-se sanada a irregularidade.

Liquidação irregular de despesa, em face da ausência dos boletins de medição e de atestos nas notas fiscais

Argumentos de defesa:

37. O responsável anexou os despachos atestando a execução dos serviços, conforme se segue:

Nº da Nota Fiscal	Valor	Localização
125	65.637,97	Peça 14, p. 15-16
165	82.500,00	Peça 14, p. 22-23
207	848,63	Peça 14, p. 28-29
210	5.039,34	Peça 14, p. 31-32
Total	154.025,94	

Análise:

38. No que tange à presença do atesto de realização dos serviços, considera-se sanada a irregularidade, diante da apresentação dos despachos relativos a cada pagamento.

Ausência de projeto executivo, tornando impossível verificar se as estruturas encontradas no local são as que deixaram de ser executadas: a infraestrutura não permite o funcionamento da área como aterro sanitário

Argumentos de defesa:

39. O ex-prefeito alega, na sua defesa, mais especificamente à peça 15, p. 6, que o projeto executivo já se encontra nos autos, “às fls. 03 *usque* 72, do volume I, do presente processo de Tomada de Contas Especial [...] não havendo que se falar em irregularidade ou impropriedade”.

Análise:

40. O documento a que o responsável se refere “às fls. 03 *usque* 72 do volume I” é o constante da peça 1, p. 16-155, que na verdade é o projeto básico da obra, apresentado para avaliação do Ministério quando o Município ainda era mero proponente.

41. O projeto executivo, a qual a fiscalização do concedente se referia, corresponde ao constante do art. 7º, II, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), etapa posterior ao projeto básico e onde é possível ver a execução concomitante do projeto e da obra.

42. Dessa forma, não merece prosperar a justificativa apresentada pelo ex-prefeito.

Local inadequado para a instalação de um aterro sanitário devido ser próximo das residências da Vila Iraci e do próprio centro da cidade; a barreira natural de árvores de eucalipto não é efetiva no isolamento da área devido a pequena quantidade plantadas;

Lixo acumulado no entorno, sem nenhuma medida de tratamento representa risco ao meio ambiente e população lindeira, pela possibilidade de contaminação do lençol freático e disseminação de doenças.

Argumentos de defesa:

43. Sobre a localização do aterro sanitário, o responsável afirma que “o local era sim apropriado, tanto que a Secretaria do Meio Ambiente –SEMA/MA emitiu as consequentes Licenças de Operações, o que atesta a correta localização da implantação do Aterro Sanitário”.

44. Afirma, também, que no tocante à barreira natural de árvores de eucalipto, tem-se sua efetiva utilização para o isolamento da área, e que as fotografias constantes no relatório de visita, feito em 2006, não atestam a situação real do aludido aterro.

Análise:

45. Sobre estas irregularidades, é possível identificar o saneamento, visto que o órgão responsável pela análise ambiental da instalação do empreendimento, Secretaria Estadual do Meio Ambiente/SEMA, emitiu a Licença de Operação 349/2006.

46. Quanto à questão do lixo acumulado no entorno, o responsável não apresenta qualquer elemento consistente visando rebater a afirmação, limitando-se a afirmar que “não há acumulação de lixo em local algum do aterro, eis que qualquer resíduo detinha tratamento específico, para evitar, justamente, qualquer tipo de contaminação, seja de doença [...]”.

47. Aqui importa destacar a dificuldade em se estabelecer aderência a normativos legais quanto à ausência de limpeza da área, tendo em vista que essa fiscalização, em regra, é realizada pelos órgãos ambientais envolvidos e o Ministério Público, na defesa do meio ambiente.

48. Para efeito de avaliação das contas, tal constatação tem intuito de reforçar as deficiências na execução do objeto, a exemplo da ausência de utilização do aterro e/ou falta de manutenção daquilo que foi construído.

49. O defendente requer, ainda, que seja realizada inspeção para verificação das reais instalações.

50. Como principal razão para o indeferimento deste pedido, está o fato de que o responsável não envidou esforços na tentativa de justificar os atos atribuídos a si, não trazendo aos autos comprovação de que bem aplicou os recursos públicos. Haveria o ex-prefeito de trazer ao processo provas documentais que justificassem sua defesa, e não o fez, limitando-se a pleitear que o TCU realize diligência.

51. Entretanto, por força do que dispõe o art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, bem assim o art. 93 do Decreto-Lei 200/1967 c/c o art. 66 do Decreto 93.872/1986, resta claro que tal comprovação compete exclusivamente ao gestor dos recursos.

52. Tal entendimento, confirmado pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança (MS 20.335/DF, de 12/10/1982 da Relatoria do Ministro Moreira Alves), é também consolidado nesta Corte de Contas, conforme se verifica nos Acórdãos 4.869/2010-TCU-1ª Câmara, 2.665/2009-TCU-Plenário, 5.798/2009-TCU-1ª Câmara, 5.858/2009-TCU-2ª Câmara, 903/2007-TCU-1ª Câmara e 1.656/2006-TCU-Plenário.

Data e Valor do débito

53. Da leitura dos autos, conclui-se que não há dúvidas quanto à inexistência de aterro sanitário em funcionamento no Município de Nova Olinda do Maranhão, que tenha resultado da utilização dos recursos previstos no âmbito do Convênio MMA 2001CV00043- SQA.

54. Também não é possível aplicar a jurisprudência deste Tribunal em relação a eventual redução do débito em função da parte que foi executada do objeto. Observou-se, claramente, que houve realização de parte da obra.

55. Ocorre que, no entendimento desta Corte de Contas, para que o valor do débito corresponda apenas à fração não realizada do objeto, deve ser comprovada a possibilidade de aproveitamento das parcelas concluídas, bem como haver regular demonstração das parcelas executadas.

56. No caso em tela, não há que se falar em aproveitamento de parte do objeto, considerando que as conclusões do repassador são no sentido de que não há aterro em funcionamento. O ex-prefeito não logrou êxito em demonstrar a utilização do aterro, até porque anexou fotos antigas na sua defesa, peça 19. Ademais, consta à peça 20 cópia do Diário Oficial da União, onde se observa que o Município de Nova Olinda celebrou novo convênio com o mesmo objeto, não deixando dúvidas quanto à inutilidade das obras realizadas com recursos federais.

57. Outro ponto que deve ser destacado é que o responsável foi citado utilizando-se a data de referência do débito de 22/9/2001. Nesta data, contudo, não havia sequer convênio assinado (foi assinado em 7/12/2001).

58. Assim, entende-se que a data de referência do débito deve ser 26/12/2001, data do crédito na conta corrente do município (extrato bancário à peça 2, p. 310).

59. Considerando que a alteração da data de referência é benéfica ao responsável, torna-se desnecessário realizar nova citação.

CONCLUSÃO

60. Em face da análise promovida, propõe-se rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Hemetério Webá Filho, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a ele atribuídas.

61. Os argumentos de defesa tampouco lograram afastar o débito imputado ao responsável. Ademais, inexistem nos autos elementos que demonstrem sua boa-fé ou a ocorrência de outros excludentes de culpabilidade. Desse modo, suas contas devem, desde logo, ser julgadas irregulares, nos termos do art. 202, § 6º, do Regimento Interno/TCU, procedendo-se à sua condenação em débito e à aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

62. Entre os benefícios do exame desta tomada de contas especial pode-se mencionar o retorno aos cofres federais de recursos financeiros da ordem de R\$ 135.000,00, valores históricos, em débito a ser imputado ao responsável.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

63. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo ao Tribunal:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas **irregulares** as contas do Sr. **Hemetério Webá Filho**, CPF 029.390.883-49, ex-prefeito do Município de Nova Olinda do Maranhão, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento

da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
135.000,00	26/12/2001

b) aplicar ao Sr. Hemetério Weba Filho, CPF 029.390.883-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

c) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

d) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Secex-MA, 1ª DT, em 28/5/2013.

(Assinado eletronicamente)

Omar Cortez Prado Segundo

AUFC – Mat. 9452-8